



# RELATÓRIO ANUAL 2019

 **SICOOB**  
Credjus



# EXPEDIENTE

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Ivo Campos Athayde**  
Presidente

**Lúcio de Moura Chaves**  
Vice Presidente

**Marco Antônio Mattar da Silva**  
Conselheiro Vogal

**Jorge Henrique Rego Araujo**  
Conselheiro Vogal



**Elói Fabricio Neiva**  
Conselheiro Vogal  
**Israel Tomaz Ferreira**  
Conselheiro Vogal

**Walter Roberto Costa Lima**  
Conselheiro Vogal



## CONSELHO FISCAL

**Luís Flávio Alves da Silva**  
Coordenador do Conselho

**Marcos Denilson Marzagão**  
Conselheiro Fiscal Efetivo

**Gustavo Henrique Barbosa Campos**  
Conselheiro Fiscal Efetivo

**Jorge Luiz Teodoro**  
Conselheiro Fiscal Suplente

**Leonardo Honório Rodrigues**  
Conselheiro Fiscal Suplente

## ONDE ESTAMOS

### SEDE

Rua Ouro Preto, 161,  
4º andar, Barro Preto

Belo Horizonte – MG  
CEP 30170-040

Tel.: (31) 3295-0461

### PA FÓRUM – BARRO PRETO

Av. Augusto de Lima, 1549,  
AL 177, Barro Preto

Belo Horizonte – MG  
CEP 30190-002

Tel.: (31) 3275-4645

### PA FÓRUM – RAJA

Av. Raja Gabágliã, 1753,  
Térreo (entrada ao lado  
do elevador da Torre 2),  
Luxemburgo

Belo Horizonte – MG  
CEP 30380-457

Tel.: (31) 3972-1858

### ATENDIMENTO

Segunda à Sexta - 08h às 18h

 (31) 98792-1332

# SUMÁRIO

Norteadores.....	04
Mensagem do Presidente.....	05
Estrutura Organizacional.....	06
Produtos e Serviços.....	09
Dia de Cooperar.....	16
Corrida da Cooperação.....	17
Relatório da Administração.....	18
Demonstrações Contábeis.....	22
Notas Explicativas.....	31
Relatório da Auditoria.....	51
Parecer do Conselho Fiscal.....	54
Gráficos.....	55



# NORTEADORES

## MISSÃO

Proporcionar soluções financeiras com o objetivo de satisfazer às expectativas e necessidades econômicas e sociais dos cooperados.

## VISÃO

Ser referência em instituição financeira que propicia, de forma eficiente, segurança, transparência e as melhores soluções econômico-financeiras.

## VALORES

- Democracia;
- Ética;
- Excelência no atendimento;
- Igualdade;
- Respeito;
- Responsabilidade social;
- Transparência;
- Sigilo e confidencialidade nos negócios.

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

**M**ais um exercício encerrado. E como é gratificante poder dizer que nossa busca contínua por melhores resultados tem valido a pena.

Basta conferir os números que apresentamos neste Relatório para constatar que transparência e comprometimento são práticas fundamentais e peculiares em nossa história. Tivemos, em 2019, a menor taxa de juros praticada desde o início de nossa trajetória. Em relação a 2018, os ativos totais apresentaram crescimento de 14,41% e a evolução das sobras anuais teve alta de 17,52% – recorde de resultados. Estes números comprovam a relevância de uma gestão eficiente dos recursos.

Em 2019, o Conselho de Administração ganhou novos integrantes. Mantendo o padrão de governança, a posse de novos conselheiros é sempre uma oportunidade de renovar o entusiasmo, conservando o compromisso e a responsabilidade na definição de diretrizes e na tomada de decisões.

Acreditamos que o segredo para os resultados da nossa cooperativa está nas pessoas que dela fazem parte, e somos extremamente gratos. A confiança de cada cooperado e a dedicação de cada colaborador nos faz seguir engajados e comprometidos em apresentar resultados sempre promissores. Avançamos, e estamos em processo de migração para um novo sistema operacional (Sisbr), o



que nos possibilitará novas oportunidades de negócios, ampliando nosso portfólio de produtos e serviços.

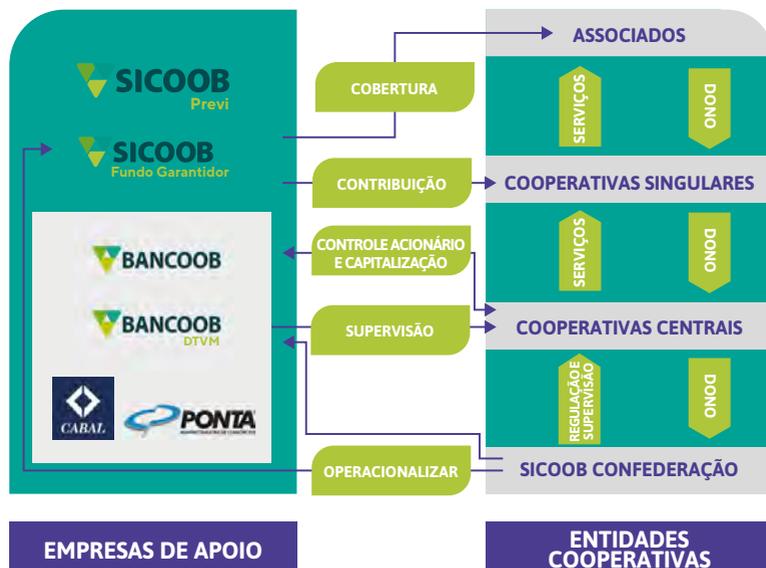
Não podemos deixar de mencionar que estamos atentos e sensíveis ao atual cenário da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Os cuidados necessários para enfrentar essa situação nos impedem de dar as mãos, mas nos permitem olhar para frente com fé e esperança, certos de que sairemos juntos dessa crise. Por meio de uma gestão cautelosa e prudente, como o momento exige, seguiremos zelando por todos que caminham conosco.

Saudações cooperativistas,

*Ivo Campos Athayde*

Presidente do Conselho de Administração

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A cooperativa é associada/filiada ao:



AUTORIZADA E SUPERVISIONADA PELO:



# FGCOOP

Fundo Garantidor do  
Cooperativismo de Crédito



## O que é o FGCoop?

- ▶ Um **fundo garantidor único** para todas as cooperativas de crédito do país.
- ▶ Mais **segurança** para os associados - depositantes e investidores - o FGCoop atuará na proteção dos depósitos nas cooperativas singulares e nos bancos cooperativos.
- ▶ Mais **segurança, credibilidade e competitividade** - É o que ganha o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) com a criação do FGCoop.
- ▶ **Diferencial** - além de terem a mesma garantia de depósitos dos bancos comerciais, os associados contam com um atendimento personalizado - pautado pelos princípios e valores do cooperativismo.

## ▶ R\$250 MIL

é o valor garantido pela FGCoop por depositante - tanto pessoa física quanto jurídica.

- ▶ Essa recuperação pode ocorrer em caso de intervenção ou liquidação judicial.



**CRÉDITO CONSIGNADO  
SERVIDOR PÚBLICO.  
CONTE COM ELE  
E DÊ UMA FOLGA  
PARA O SEU BOLSO.**



**Confira as vantagens e faça já o seu!**

- As melhores taxas de juros de empréstimo pessoal.
- Agilidade na liberação.
- Parcelas fixas descontadas do seu salário.
- Parcelamento em até 96 meses.

 **SICOOB**  
Credjus

(31) 3295-0461  
☎ (31) 98792-1332  
[www.sicoobcredjus.com.br](http://www.sicoobcredjus.com.br)



# **PRODUTOS E SERVIÇOS**

# LINHAS DE CRÉDITO

O **SICOOB CREDJUS** oferece linhas de crédito adequadas ao seu perfil e à sua necessidade, para que possa realizar seus sonhos, ou para aqueles momentos emergenciais.

Conheça as modalidades de empréstimos:

## ANTECIPAÇÃO DE URV

Através de convênio com o Tribunal de Justiça financiamos, aos servidores ativos e inativos do TJMG, a antecipação de URV's. Trata-se de adiantamento de quantias que lhe são devidas e somente seriam percebidas em parcelas futuras.

## PESSOAL

Não possui destinação específica.

## EXTRAORDINÁRIO

Sua finalidade é o pagamento de despesas, como: IPTU; IPVA; DPVAT; taxa de renovação de licenciamento anual de veículo seguro de automóvel; mensalidades escolares do titular e/ou dependentes legais; nascimento de filho; falecimento de cônjuge ou filhos.

## FINANCIAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONVENIADOS

Tem como finalidade financiar os serviços e a aquisição de produtos e bens duráveis dos cooperados, junto aos nossos conveniados.

## EMERGENCIAL

Essa modalidade é concedida de forma mais rápida, para atender as necessidades de urgência e emergência.

**OBS:** O número de parcelas e o valor do empréstimo estão condicionados à margem consignável, informada pelo Tribunal de Justiça.

PARA FAZER SEU  
DINHEIRO RENDER  
E VOCÊ REALIZAR  
AINDA MAIS.

# RDC

RECIBO DE DEPÓSITO COOPERATIVO

O Recibo de Depósito Cooperativo, ou RDC\*, é um ótimo investimento em renda fixa, que pode ser pré ou pós-fixado. Com ele, você escolhe os prazos de acordo com as suas necessidades e vê o seu dinheiro crescer com segurança.

Conheça outras vantagens:

- Rentabilidade e liquidez diárias;
- Flexibilidade no prazo das aplicações;
- Quanto maior o tempo de aplicação, menor o IOF e o IR;
- Aumento de participação nos resultados da cooperativa;
- Investimento garantido pelo FGCoop\*.

 **SICOOB**  
Credjus

(31) 3295-0461

📞 (31) 98792-1332

[www.sicoobcredjus.com.br](http://www.sicoobcredjus.com.br)

# INVESTIMENTOS

Invista seus recursos no **Sicoob Credjus** e garanta excelente rentabilidade e total segurança!

## RDC - PÓS CDI

Com o intuito de estimular o hábito de poupança dos cooperados, o Sicoob Credjus oferece o RDC - PÓS CDI modalidade com taxas de remuneração vinculadas às oscilações da economia do país.

## APLIC-COOP

Aplicação financeira mensal programada, com desconto direto na folha de pagamento.

## VANTAGENS



**RENTABILIDADE:** Superior à praticada no mercado financeiro;



**SEGURANÇA:** O Sicoob Credjus é uma Instituição financeira sólida, regulamentada pelo Banco Central do Brasil e ainda participa do FGCOOP, que garante até o valor de R\$250 mil reais por CPF;



**COMODIDADE:** A aplicação é debitada diretamente em folha de pagamento;



**FLEXIBILIDADE:** Após 30 dias, há possibilidade de resgate parcial, ou total, antecipado ao prazo estabelecido, sem perda do rendimento;



**DIFERENCIAL:** O investimento está sendo feito na sua cooperativa, você é um dos donos;



**OPORTUNIDADE:** Maior participação nas sobras “lucros”, anualmente distribuídos, de acordo com a decisão da Assembleia Geral Ordinária.

## KIT MATERNIDADE

O **Kit Maternidade** é oferecido ao recém nascido do cooperado. Saiba mais acessando o nosso site: [www.sicoobcredjus.com.br](http://www.sicoobcredjus.com.br)

# VANTAGENS E DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS

- O cooperado é dono e usuário da cooperativa;
- Tranquilidade em saber que é uma instituição criada e administrada pelos próprios servidores;
- Qualidade no atendimento;
- Participação nos resultados (sobras);
- Aumento indireto de seu poder aquisitivo;
- Operações de empréstimo com as menores taxas do mercado;
- Não cobramos taxas de abertura de crédito, ou cadastro;
- Maior rentabilidade nas aplicações financeiras;
- Acesso ao plano de saúde, seguros e diversos convênios.



## COOPERADOS



Os resultados (sobras) retornam aos cooperados proporcionalmente às **SUAS OPERAÇÕES**.

## CAPITAL DE LUCRO



Os dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao **NÚMERO DE AÇÕES**.



## Cooperados do SICOOB CREDJUS têm vantagens exclusivas para contratar planos Unimed-BH

Para o Sicoob Credjus, quanto mais benefícios para os seus cooperados, melhor. E, com a Unimed-BH, a cooperativa oferece vantagens exclusivas aos titulares e seus dependentes.

Se você ainda não tem um plano Unimed, faça já a sua adesão e a de seus dependentes. Se você já possui, consulte nossas condições de transferência.

### Confira os principais benefícios e diferenciais do plano UNIPART FLEX ESTADUAL:

- Cobertura ambulatorial, hospitalar e obstétrica, conforme o rol da ANS;
- Acomodação em enfermaria, ou apartamento;
- Abrangência estadual;
- Atendimento nacional em casos de urgência e emergência;
- Acesso à Rede Própria e à Rede Ampla da Unimed-BH, com mais de 5.700 médicos cooperados e a maior e melhor rede credenciada.



# DIA DE COOPERAR



O Dia de Cooperar (Dia C) representa o verdadeiro sentido do cooperativismo, uma vez que propõe a prática de cuidar das pessoas. Alinhado ao 7º princípio cooperativista – Interesse pela comunidade – o Dia C já tem abrangência nacional e é celebrado de norte a sul do país. Em 2019, o movimento foi celebrado dia 6 de julho.

O Sicoob Credjus abraça o Dia de Cooperar e se orgulha em realizar ações com foco em transformar realidades. O Lar Maria Clara, instituição que acolhe 60 idosos que são amorosamente cuidados, diariamente, foi o endereço do nosso Dia



C. A entrega de donativos – arrecadados com o apoio e o envolvimento dos cooperados, colaboradores e familiares – aconteceu em uma agradável festa julina, com direito a muita dança e deliciosas comidas típicas. Itens de higiene pessoal, fraldas geriátricas e alimentos eram necessidades do Lar, mas o essencial no Dia C é oferecer carinho, atenção e trocar afeto.

# DIA DE COOPERAR

“Mudar a vida das pessoas por meio do voluntariado e da solidariedade é gratificante. Seguiremos unidos com esse propósito, contando com o envolvi-

to cada vez mais expressivo de nossos cooperados”, reforçou o presidente do Sicoob Credjus, Ivo Campos Athayde.



# CORRIDA DA COOPERAÇÃO

**A** Corrida da Cooperação, promovida há oito anos pelo Sistema Ocemg, é um evento comemorativo ao Dia Internacional do Cooperativismo.

Corrida da Cooperação, promovida por meio da arrecadação de alimentos, destinados a entidades beneficentes de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Animada, a equipe Sicoob Credjus marcou presença na oitava edição da Corrida!

A iniciativa promove a integração do setor com a sociedade, estimulando a solidarie-



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda.– SICOOB CREDJUS, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDJUS completou 17 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados.

A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDJUS obteve um resultado de R\$ 4.556.599,37 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 15,50%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 22.537.067,48.

Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 35.295.619,84.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial

R\$ 35.295.619,84      100%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de

31/12/2019 o percentual de 8,29% da carteira, no montante de R\$ 2.924.351,53.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 30.768.277,00, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 10,55%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a Prazo

R\$ 30.768.277,00      100%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 42,07% da captação, no montante de R\$ 12.945.831,24.

### 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDJUS era de R\$ 28.336.561,59. O quadro de associados era composto por 5.355 cooperados, havendo um acréscimo de 18,86% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-

-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDJUS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados

e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que está em andamento e contemplará a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDJUS aderiram, em 2013 por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB CREDJUS registrou 02 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas,

havia reclamações e solicitações de providências relacionadas principalmente a portabilidade de operações de crédito.

Das 02 reclamações, todas foram consideradas procedentes e resolvidas dentro do prazo legal, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas

modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agromercado, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida

pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte/MG 19 de fevereiro de 2020.

Ivo Campos Athayde  
Diretor Presidente

Lúcio de Moura Chaves  
Diretor Administrativo

Marco Antônio Mattar da Silva  
Diretor Financeiro



# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

<b>ATIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>		<b>32.296.407,14</b>	<b>25.431.595,62</b>
<b>Disponibilidades</b>		72.600,20	101.057,92
<b>Relações Interfinanceiras</b>	5	22.537.067,48	16.229.801,10
Centralização Financeira - Cooperativas		22.537.067,48	16.229.801,10
<b>Operações de Crédito</b>	6	<b>7.805.291,29</b>	<b>7.276.241,17</b>
Operações de Crédito		8.519.750,22	7.909.201,64
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(714.458,93)	(632.960,47)
<b>Outros Créditos</b>	7	<b>1.880.793,11</b>	<b>1.792.233,35</b>
Rendas a Receber		105.613,20	112.376,11
Diversos		1.775.179,91	1.679.857,24
<b>Outros Valores e Bens</b>	8	<b>655,06</b>	<b>32.262,08</b>
Despesas Antecipadas		655,06	32.262,08
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>26.775.869,62</b>	<b>25.770.469,87</b>
Operações de Crédito	6	<b>26.775.869,62</b>	<b>25.770.469,87</b>
Operações de Crédito		26.775.869,62	25.770.469,87
<b>Permanente</b>		<b>4.538.064,02</b>	<b>4.396.508,56</b>
<b>Investimentos</b>	9	<b>1.740.951,43</b>	<b>1.442.291,02</b>
Outros Investimentos		1.740.951,43	1.442.291,02
<b>Imobilizado em Uso</b>	10	<b>2.790.838,07</b>	<b>2.954.217,54</b>
Imóveis de Uso		2.726.506,81	2.726.506,81
Outras Imobilizações de Uso		575.364,98	565.166,41
(Depreciações Acumuladas)		(511.033,72)	(337.455,68)
<b>Intangível</b>		<b>6.274,52</b>	-
Ativos Intangíveis		25.170,52	18.463,78
(Amortização Acumulada)		(18.896,00)	(18.463,78)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>63.610.340,78</b>	<b>55.598.574,05</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

<b>PASSIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>		<b>34.219.438,64</b>	<b>30.727.839,35</b>
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>30.768.277,00</b>	<b>27.831.141,84</b>
Outras Obrigações	12	3.451.161,64	2.896.697,51
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Asse- melhados		7.156,40	7.561,74
Sociais e Estatutárias	12.1	2.961.061,28	2.420.811,59
Fiscais e Previdenciárias	12.2	76.474,18	53.200,35
Diversas	12.3	406.469,78	415.123,83
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>29.390.902,14</b>	<b>24.870.734,70</b>
<b>Capital Social</b>	<b>14</b>	<b>20.064.354,24</b>	<b>17.254.055,13</b>
De Domiciliados no País		20.064.354,24	17.254.055,13
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>7.682.970,38</b>	<b>6.222.012,58</b>
<b>Sobras/Perdas Acumuladas</b>		<b>1.643.577,52</b>	<b>1.394.666,99</b>
<b>TOTAL</b>		<b>63.610.340,78</b>	<b>55.598.574,05</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

<b>DSP</b>	<b>NOTAS</b>	<b>2º SEMESTRE</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receitas (ingressos) da intermediação financeira</b>		<b>3.807.821,31</b>	<b>7.665.866,62</b>	<b>7.020.358,32</b>
Operações de Crédito	17	3.807.821,31	7.665.866,62	7.020.358,32
<b>Despesas (dispêndios) da intermediação financeira</b>	<b>18</b>	<b>(870.009,99)</b>	<b>(1.852.769,29)</b>	<b>(1.776.852,64)</b>
Operações de Captação no Mercado		(865.409,49)	(1.742.473,10)	(1.556.034,26)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.600,50)	(110.296,19)	(220.818,38)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>2.937.811,32</b>	<b>5.813.097,33</b>	<b>5.243.505,68</b>
<b>Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais</b>		<b>(654.335,27)</b>	<b>(1.256.567,49)</b>	<b>(1.127.262,15)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		137.742,69	254.636,88	201.377,67
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	19	(922.848,02)	(1.775.976,94)	(1.499.303,24)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	20	(422.334,10)	(855.450,68)	(769.120,14)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(18.077,89)	(33.985,72)	(28.069,29)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	10.732,24	99.978,22	127.966,61
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		576.273,71	1.085.878,51	845.242,03
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(15.823,90)	(31.647,76)	(5.355,79)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>2.283.476,05</b>	<b>4.556.529,84</b>	<b>4.116.243,53</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>23</b>	<b>69,53</b>	<b>69,53</b>	<b>7.143,61</b>
Receitas Não Operacionais		69,53	69,53	7.191,19
Despesas Não Operacionais		-	-	(47,58)
<b>Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>2.283.545,58</b>	<b>4.556.599,37</b>	<b>4.123.387,14</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(23.648,74)</b>	<b>(44.298,38)</b>	<b>(29.053,65)</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

DSP	NOTAS	2º SEMESTRE	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Imposto de Renda		(11.824,37)	(22.149,19)	(13.618,90)
Provisão para Contribuição Social		(11.824,37)	(22.149,19)	(15.434,75)
<b>Participações nas Sobras</b>		<b>(33.842,26)</b>	<b>(33.842,26)</b>	<b>(30.707,50)</b>
<b>Juros sobre Capital Próprio</b>		<b>(224.114,53)</b>	<b>(722.316,75)</b>	<b>(867.574,18)</b>
<b>SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>2.001.940,05</b>	<b>3.756.141,98</b>	<b>3.196.051,81</b>
<b>Destinações Estatutárias</b>	<b>16.d</b>		<b>(2.112.564,46)</b>	<b>(1.801.384,82)</b>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			(651.606,66)	(561.680,82)
Reserva Legal			(1.460.957,80)	(1.239.704,00)
<b>Sobras/perdas líquidas a disposição da ago</b>		<b>2.001.940,05</b>	<b>1.643.577,52</b>	<b>1.394.666,99</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>14.655.181,64</b>	<b>4.309.379,49</b>	<b>1.639.596,27</b>	<b>20.604.157,40</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>				-
Constituição de Reservas		672.929,09	(672.929,09)	-
Ao Capital	966.667,18		(966.667,18)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>				-
Por Subscrição/Realização	2.224.790,88			<b>2.224.790,88</b>
Por Devolução (-)	(1.413.072,77)			<b>(1.413.072,77)</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			<b>4.063.625,99</b>	<b>4.063.625,99</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>				-
Provisão de Juros ao Capital			(867.574,18)	<b>(867.574,18)</b>
Subscrição do Juros ao Capital	820.690,17			<b>820.690,17</b>
IRRF sobre Juros ao Capital	(201,97)			<b>(201,97)</b>
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>			(96.791,82)	<b>(96.791,82)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				-
. Fundo de Reserva		1.239.704,00	(1.239.704,00)	-
. F A T E S			(464.889,00)	<b>(464.889,00)</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>17.254.055,13</b>	<b>6.222.012,58</b>	<b>1.394.666,99</b>	<b>24.870.734,70</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>				-
Ao Capital	1.394.666,99		(1.394.666,99)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>				-
Por Subscrição/Realização	2.482.618,95			<b>2.482.618,95</b>
Por Devolução (-)	(1.934.352,07)			<b>(1.934.352,07)</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			4.478.458,73	<b>4.478.458,73</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>				-
Provisão de Juros ao Capital			(722.316,75)	<b>(722.316,75)</b>
Subscrição do Juros ao Capital	867.574,18			<b>867.574,18</b>
IRRF sobre Juros ao Capital	(208,94)			<b>(208,94)</b>
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>			(103.747,49)	<b>(103.747,49)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				-
. Fundo de Reserva		1.460.957,80	(1.460.957,80)	-
. F A T E S			(547.859,17)	<b>(547.859,17)</b>
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>20.064.354,24</b>	<b>7.682.970,38</b>	<b>1.643.577,52</b>	<b>29.390.902,14</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
<b>Saldos em 30/06/2019</b>	<b>17.998.791,69</b>	<b>6.222.012,58</b>	<b>3.148.868,92</b>	<b>27.369.673,19</b>
Destinações de Sobras Exercício Anterior:				-
Ao Capital	1.394.666,99		(1.394.666,99)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>				-
Por Subscrição/Realização	1.471.777,84			<b>1.471.777,84</b>
Por Devolução (-)	(1.668.247,52)			<b>(1.668.247,52)</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			2.226.054,58	<b>2.226.054,58</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>				-
Provisão de Juros ao Capital			(224.114,53)	<b>(224.114,53)</b>
Subscrição do Juros ao Capital	867.574,18			<b>867.574,18</b>
IRRF sobre Juros ao Capital	(208,94)			<b>(208,94)</b>
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>			(103.747,49)	<b>(103.747,49)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				-
. Fundo de Reserva		1.460.957,80	(1.460.957,80)	-
. F A T E S			(547.859,17)	<b>(547.859,17)</b>
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>20.064.354,24</b>	<b>7.682.970,38</b>	<b>1.643.577,52</b>	<b>29.390.902,14</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas Antes da Tributação e Participações</b>	<b>2.283.545,58</b>	<b>4.556.599,37</b>	<b>4.123.387,14</b>
IRPJ / CSLL	(23.648,74)	(44.298,38)	(29.053,65)
Participações no Lucro(Sobra)	(33.842,26)	(33.842,26)	(30.707,50)
Provisão para Operações de Crédito	4.600,50	110.296,19	220.818,38
Provisão de Juros ao Capital	(224.114,53)	(722.316,75)	(867.574,18)
Depreciações e Amortizações	87.346,41	174.079,79	174.053,48
	<b>2.093.886,96</b>	<b>4.040.517,96</b>	<b>3.590.923,67</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Operações de Crédito	1.354.562,03	(1.644.746,06)	(7.025.592,45)
Outros Créditos	35.154,65	(88.559,76)	(220.425,59)
Outros Valores e Bens	37.905,26	31.607,02	(31.565,31)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Prazo	1.528.864,23	2.937.135,16	5.141.604,79
Outras Obrigações	(601.470,16)	(97.142,53)	(64.637,72)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>	<b>4.448.902,97</b>	<b>5.178.811,79</b>	<b>1.390.307,39</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Aplicação no Intangível	(6.706,74)	(6.706,74)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.488,20)	(10.268,10)	(15.409,82)
Aquisição de investimentos	(158.014,03)	(298.660,41)	(568.112,74)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(173.208,97)</b>	<b>(315.635,25)</b>	<b>(583.522,56)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	1.471.777,84	2.482.618,95	2.224.790,88
Devolução de Capital à Cooperados	(1.668.247,52)	(1.934.352,07)	(1.413.072,77)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	867.365,24	867.365,24	820.488,20
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>670.895,56</b>	<b>1.415.632,12</b>	<b>1.632.206,31</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.946.589,56</b>	<b>6.278.808,66</b>	<b>2.438.991,14</b>
<b>Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	17.663.078,12	16.330.859,02	13.891.867,88
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	22.609.667,68	22.609.667,68	16.330.859,02
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.946.589,56</b>	<b>6.278.808,66</b>	<b>2.438.991,14</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDJUS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/02/2002, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDJUS possui 02 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

**1. PA FÓRUM – BARRO PRETO** - Av. Augusto de Lima nº 1.548 – 1º Andar

– Sala AL 177 – Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais;

**2. PA FÓRUM – RAJA** – Av. Raja Gabaglia nº 1.753 – Térreo – Luxemburgo – Belo Horizonte – MG.

**O SICOOB CREDJUS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicá-

veis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em 19/02/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolu-

ção CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação

duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove

níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

## **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

## **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

## **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável

que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

## **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

## **p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

## **q) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão

classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	72.600,20	101.057,92
Relações interfinanceiras – centralização financeira	22.537.067,48	16.229.801,10
<b>TOTAL</b>	<b>22.609.667,68</b>	<b>16.330.859,02</b>

### 5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	22.537.067,48	16.229.801,10

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram respectivamente **R\$ 1.085.878,51** e **R\$ 845.242,03**, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	8.519.750,22	26.775.869,62	35.295.619,84	33.679.671,51
(-) Provisões para Operações de Crédito	(714.458,93)		(714.458,93)	(632.960,47)
<b>TOTAL</b>	<b>7.805.291,29</b>	<b>26.775.869,62</b>	<b>34.581.160,91</b>	<b>33.046.711,04</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em	Provisões	Total em	Provisões
				31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
A	0,50%	Normal	12.108.365,73	12.108.365,73	60.541,83	12.108.365,73	65.874,77
B	1%	Normal	2.085.026,84	2.085.026,84	20.850,27	2.402.792,66	24.027,93
C	3%	Normal	21.038.242,41	21.038.242,41	631.147,28	18.073.889,04	542.216,68
C	3%	Vencidas	63.984,86	63.984,86	1.919,55	28.036,45	841,09
<b>Total Normal</b>			<b>35.231.634,98</b>	<b>35.231.634,98</b>	<b>712.539,38</b>	<b>33.651.635,06</b>	<b>632.119,38</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>63.984,86</b>	<b>63.984,86</b>	<b>1.919,55</b>	<b>28.036,45</b>	<b>841,09</b>
<b>Total Geral</b>			<b>35.295.619,84</b>	<b>35.295.619,84</b>	<b>714.458,93</b>	<b>33.679.671,51</b>	<b>632.960,47</b>
<b>Provisões</b>			<b>(714.458,93)</b>	<b>(714.458,93)</b>		<b>(632.960,47)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>35.581.160,91</b>	<b>35.581.160,91</b>		<b>33.046.711,04</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.696.986,13	6.822.764,09	26.775.869,62	35.295.619,84
<b>TOTAL</b>	<b>1.696.986,13</b>	<b>6.822.764,09</b>	<b>26.775.869,62</b>	<b>35.295.619,84</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo	31/12/2019	% da Carteira
Pessoa Física	35.295.619,84	35.295.619,84	100%
<b>TOTAL</b>	<b>35.295.619,84</b>	<b>35.295.619,84</b>	

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	632.960,47	472.486,40
Constituições	110.296,19	220.818,38
Transferência para prejuízo	(28.797,73)	(60.344,31)
<b>TOTAL</b>	<b>714.458,93</b>	<b>632.960,47</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	202.044,87	0,57%	155.990,91	0,46%
10 Maiores Devedores	1.633.235,92	4,63%	1.385.151,46	4,11%
50 Maiores Devedores	6.094.790,44	17,27%	5.283.939,95	15,69%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	80.042,34	21.759,32
Valor das operações transferidas no período	28.797,73	60.344,31
Valor das operações recuperadas no período	-	(2.061,29)
<b>TOTAL</b>	<b>108.840,07</b>	<b>80.042,34</b>

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2019, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 4.598.495,37 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a Receber (a)	105.613,20	112.376,11
Diversos (b)	1.775.179,91	1.679.857,24
<b>TOTAL</b>	<b>1.880.793,11</b>	<b>1.792.233,35</b>

(a) Em rendas a receber estão registrados a receita sobre o saldo mantido na Centralização Financeira do Sicoob Central Cecremge (R\$ 86.487,09) e a comissão s/seguros (R\$ 19.126,11)

(b) Em diversos estão registrados os valores a receber referente aos adiantamentos e antecipação salariais, fundo fixo, descontos em folha de pagamento dos cooperados para amortização de empréstimos, capitalização, aplicação financeira e plano de saúde a receber.

## 8. Outros valores e bens

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Antecipadas	655,06	32.262,08
<b>TOTAL</b>	<b>655,06</b>	<b>32.262,08</b>

Registram-se no grupo as despesas antecipadas, referentes a seguros contra incêndio da sede.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	1.740.951,43	1.422.291,02
<b>TOTAL</b>	<b>1.740.951,43</b>	<b>1.422.291,02</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Edificações	2.726.506,81	2.726.506,81	4,00%
Instalações	13.317,85	13.317,85	-
Móveis e equipamentos de Uso	404.129,40	398.019,42	10,00%
Sistema de Comunicação	3.700,00	3.700,00	20,00%
Sistema de Processamento de Dados	100.935,38	96.846,79	20,00%
Sistema de Segurança	53.282,35	53.282,35	20,00%
(-) Total Depreciação Acumulada	(511.033,72)	(337.455,68)	
<b>TOTAL</b>	<b>2.790.838,07</b>	<b>2.954.217,54</b>	

## 11. Depósitos

É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito a Prazo	30.768.277,00	27.831.141,84
<b>TOTAL</b>	<b>30.768.277,00</b>	<b>27.831.141,84</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	1.561.725,35	5,08%	1.399.077,64	5,03%
10 Maiores Depositantes	9.505.302,08	30,89%	8.731.610,02	31,37%
50 Maiores Depositantes	18.399.927,59	59,80%	17.674.486,05	63,51%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos a Prazo	1.698.104,07	1.518.379,59
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	44.369,03	37.654,67
<b>TOTAL</b>	<b>1.742.473,10</b>	<b>1.556.034,26</b>

## 12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.156,40	7.561,74
Sociais e Estatutárias	2.961.061,28	2.420.811,59
Fiscais e Previdenciárias	76.474,18	53.200,35
Diversas	406.469,78	415.123,83
<b>TOTAL</b>	<b>3.451.161,64</b>	<b>2.896.697,51</b>

### 12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado De Atos Com Associados (a)	926.747,13	590.887,17
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	299.779,40	196.031,91
Cotas De Capital A Pagar (b)	978.375,74	735.610,83
Dividendos e Bonificações Pagar (c)	756.159,01	898.281,68
<b>TOTAL</b>	<b>2.961.061,28</b>	<b>2.420.811,59</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71;

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados;

(c) Refere-se a juros sobre o capital próprio a pagar aos cooperados e P.L.R. A participação na sobra é consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 33.842,26, a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado na folha de janeiro de 2020.

## 12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições a recolher	76.474,18	53.200,35
<b>TOTAL</b>	<b>76.474,18</b>	<b>53.200,35</b>

## 12.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	391.738,33	410.162,07
Credores Diversos – País (b)	14.731,45	4.961,76
<b>TOTAL</b>	<b>406.469,78</b>	<b>415.123,83</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, férias e seus encargos, fornecedores diversos, honorários e seguro prestamista;

(b) Refere-se a resgate de aplicações a serem devolvidos ao espólio dos cooperados falecidos.

## 13. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDJUS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	20.064.354,24	17.254.055,13
Associados	5.355	5.127

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.394.666,99.

### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	3.756.141,98	3.196.051,81
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(103.747,49)	(96.791,82)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.652.394,49	3.099.259,99
<b>Destinações estatutárias</b>		
Reserva legal - 40%	(1.460.957,79)	(1.239.704,00)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(547.859,17)	(464.889,00)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>1.643.577,52</b>	<b>1.394.666,99</b>

## 15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	254.636,88	201.377,67
Despesas específicas de atos não cooperativos	(106.591,01)	(75.532,20)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	-
Resultado operacional	148.045,87	125.845,47
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(44.298,38)	(29.053,65)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	103.747,49	96.791,82

## 16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. Os valores do JCP serão pagos juntamente com as sobras do exercício de 2019.

## 17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2019	2018
Rendas de Empréstimos	7.665.866,62	7.020.358,32
<b>TOTAL</b>	<b>7.665.866,62</b>	<b>7.020.358,32</b>

## 18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2019	2018
Despesas de Captação	(1.742.473,10)	(1.556.034,26)
Provisões para operações de crédito	(110.296,19)	(220.818,38)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.852.769,29)</b>	<b>(1.776.852,64)</b>

## 19. Despesas de pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de Honorários	(231.941,75)	(176.531,82)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(408.410,86)	(315.631,28)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.132.267,43)	(1.004.001,29)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(3.356,90)	(3.138,35)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.775.976,94)</b>	<b>(1.499.303,24)</b>

## 20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2019	2018
Despesas De Água, Energia E Gás	(21.283,59)	(16.805,50)
Despesas De Aluguéis	(1.622,16)	(1.497,84)
Despesas De Comunicações	(21.561,84)	(22.857,24)
Despesas De Manutenção E Conservação De Bens	(863,88)	(5.315,33)
Despesas De Material	(13.576,05)	(19.018,26)
Despesas De Processamento De Dados	(141.693,86)	(86.411,68)
Despesas De Seguros	(15.381,20)	(8.227,56)
Despesas De Serviços Do Sistema Financeiro	(11.520,16)	(4.949,53)
Despesas De Serviços De Terceiros	(49.807,54)	(59.445,68)
Despesas De Transporte	(38.788,70)	(43.540,89)
Outras Despesas Administrativas	(365.271,91)	(326.997,15)
Despesas De Amortização	(432,22)	(80,67)
Despesas De Depreciação	(173.647,57)	(173.972,81)
<b>TOTAL</b>	<b>(855.450,68)</b>	<b>(769.120,14)</b>

## 21. Outras receitas operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de Encargos e Despesas	851,67	3.264,27
Outras rendas operacionais (a)	99.126,55	124.702,34
<b>TOTAL</b>	<b>99.978,22</b>	<b>127.966,61</b>

(a) Refere-se à receita de sobras da Cecremge.

## 22. Outras despesas operacionais

Descrição	2019	2018
Outras Despesas Operacionais	(31.647,76)	(5.355,79)
<b>TOTAL</b>	<b>(31.647,76)</b>	<b>(5.355,79)</b>

Refere-se a despesas de Contribuições Fundo de Estabilidade e Liquidez.

## 23. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	69,53	1.484,76
Outras Receitas Não Operacionais	-	5.706,43
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(47,58)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>69,53</b>	<b>7.143,61</b>

## 24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
R\$ 51.210,03	0,27%
<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
R\$ 709.952,18	2,49%

Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	R\$ 51.210,03	(568,59)	0,47%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	R\$ 2.082.539,36	6,67%	0,48%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	01 a 06 parcelas – 0,99% 07 a 12 parcelas – 1,09% 13 a 24 parcelas – 1,19% 25 a 96 parcelas – 1,29% Emergencial até 06 parcelas – 0,99% Extraordinário até 12 parcelas – 0,99%	01 a 06 parcelas – 0,99% 07 a 12 parcelas – 1,09% 13 a 24 parcelas – 1,19% 25 a 96 parcelas – 1,29% Emergencial até 06 parcelas – 0,99% Extraordinário até 12 parcelas – 0,99%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	100% CDI	100% CDI

**PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019**

Empréstimos	0,27%
-------------	-------

No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários	R\$ 195.643,56
Encargos Sociais	R\$ 39.128,71

## 25. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CREDJUS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista, que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldo das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecremge:

Descrição	2019	2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	22.537.067,48	16.229.801,10
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	1.740.951,43	1.442.291,02

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2019, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2019 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

## 26. Gerenciamento de Riscos e de Capital

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

## 26.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

## 26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

## 26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

## 26.4 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

## 26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

## 26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

## 27. Seguros Contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4192/13 de 01/03/2013,



compatível com os riscos de suas atividades. O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2019.

Belo Horizonte/MG, 19 de fevereiro de 2020.  
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CREDJUS

Ivo Campos Athayde  
Diretor Presidente

Lúcio de Moura Chaves  
Diretor Administrativo

Marco Antônio Mattar da Silva  
Diretor Financeiro

Márcia Cristina Neme Rosa  
Contadora CRC MG 080762



# RELATÓRIO DA AUDITORIA

## SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CREDJUS, Belo Horizonte / MG.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CREDJUS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDJUS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas

responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Rela-

tório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se

concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2020.

**Elisângela de Cássia Lara**

Contadora - CRC MG 086.574/O

CNAI 3.750

# PARECER DO CONSELHO FISCAL

## DO SICOOB CREDJUS

Em cumprimento à disposição estatutária, nós membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDJUS – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda., em sua sede, localizada á Rua Ouro Preto n°. 161 – 4º andar - Barro Preto, nesta Capital, em reunião realizada em 30 de Janeiro de 2020, no uso de nossas atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e as demonstrações: de resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, o fluxo de caixa e demais documentos pertinentes às demonstrações contábeis acima referidas.

Os exames foram pautados e conduzidos em conformidade com as normas de contabilidade, com vista aos documentos e através de esclarecimentos prestados pela Contadora do SICOOB CREDJUS, em reuniões realizadas mensalmente por este conselho no decorrer do ano de 2019.

Somos de opinião que os referidos documentos estão de acordo com a legislação e representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDJUS, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua aprovação sem ressalvas, e emitimos o seguinte PARECER DO CONSELHO FISCAL – Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDJUS, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, somos de parecer que as mesmas demonstram com fidelidade a situação patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB CREDJUS, assim sendo, somos de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 30 de Janeiro de 2020.

**LUÍS FLÁVIO ALVES DA SILVA**

Coordenador do Conselho

**GUSTAVO HENRIQUE BARBOSA CAMPOS**

Conselheiro Fiscal Efetivo

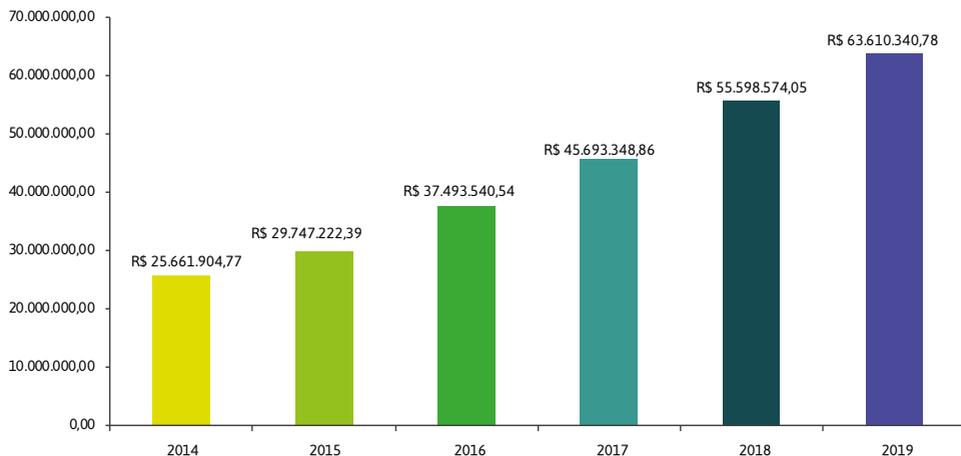
**MARCOS DENILSON MARZAGÃO**

Conselheiro Fiscal Efetivo

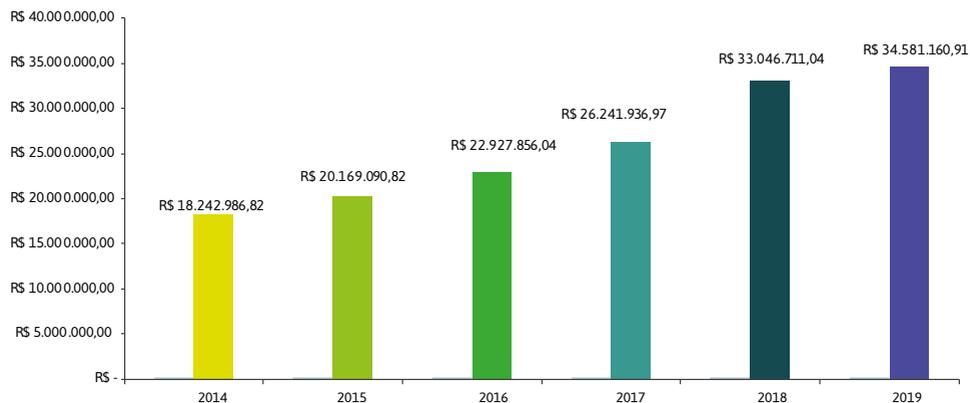


# **GRÁFICOS**

## EVOLUÇÃO ATIVO



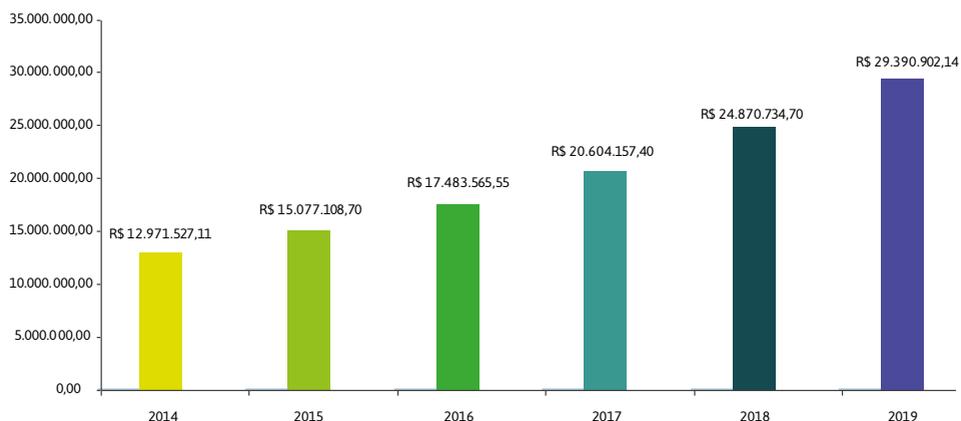
## EVOLUÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO



# EVOLUÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS



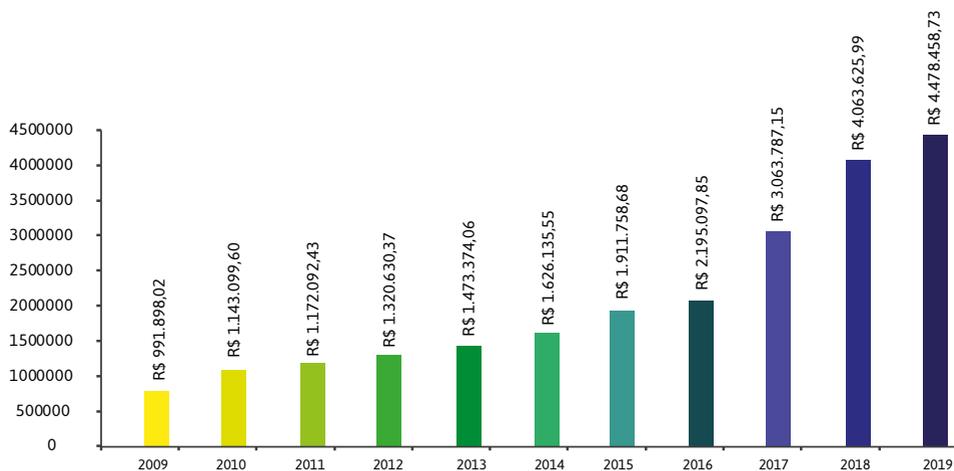
# EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



## EVOLUÇÃO CAPITAL SOCIAL



## EVOLUÇÃO SOBRES BRUTAS



# MGR - MONITORAMENTO E GESTÃO DE RISCOS

CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	INÍCIO	FIM
Baixo risco longo prazo	BRLP	25	44
Baixo risco médio prazo	BRMP	45	59
Médio risco longo prazo	MRLP	60	69
Médio risco médio prazo	MRMP	70	79
Médio risco curto prazo	MRCP	80	89
Alto risco médio prazo	ARMP	90	109
Alto risco curto prazo	ARCP	110	150

## MATRIZ DE RISCO

MÊS	SIGLA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
12/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
11/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
10/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
09/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
08/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
07/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
06/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
05/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
04/2019	SICOOB CREDJUS	34	Baixo risco longo prazo
03/2019	SICOOB CREDJUS	34	Baixo risco longo prazo
02/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
01/2019	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo



Somos feitos de

**VA  
LO  
RES**

